

## QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: REFLEXÕES SOCIOPOLÍTICAS

Silvânia Queiroz e Silva<sup>1</sup>

Andreia Santos Cavalcante<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo aborda o debate sobre a promoção do desenvolvimento sustentável na região amazônica a partir da implantação de políticas públicas e a necessidade de se considerar as questões relacionadas ao meio ambiente como questões socioambientais. Por meio de abordagem teórica, evidencia as expressões da questão social vivenciadas pela população local, as quais resultam dos impactos ambientais produzidos pelo modo de crescimento ilimitado imposto pelo sistema capitalista. Sob esse prisma, busca-se compreender que para se alcançar a sustentabilidade é preciso que o Estado atue mediante políticas integradoras e criativas entendendo que o desenvolvimento ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo impõe a inserção de novos paradigmas e profundas mudanças na relação entre Estado, sociedade e meio ambiente. O objetivo deste estudo concentra-se na análise das estratégias de gestão social em rede da política pública de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, implementada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável – SDS frente às expressões da questão socioambiental na região amazônica. Para tanto, foi realizado um estudo de caso do Programa Gasoduto Coari-Manaus, de modo a analisar as ações empreendidas pelo Programa. A metodologia utilizada pauta-se em uma abordagem qualitativa, análise documental e levantamento de campo, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas junto a cinco atores institucionais da rede de atuação da SDS e a seis representantes do público-alvo em quatro comunidades atingidas pelas ações do programa no município de Iranduba/AM. As informações foram analisadas seguindo os critérios da pesquisa avaliativa de processos do tipo *ex-post*, a partir da técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam a necessidade de qualificação dos processos de implementação da política da SDS, especialmente os processos no que diz respeito à participação da população para que as respostas do Estado possam corresponder às necessidades da população de forma efetiva e sustentável.

**Palavras Chave:** Participação social, sustentabilidade e políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. e-mail: [silvania.social@hotmail.com](mailto:silvania.social@hotmail.com)

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Instituição financiadora: FAPEAM. e-mail: [andriacavalcante@hotmail.com](mailto:andriacavalcante@hotmail.com)

## **SOCIAL ISSUE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN AMAZON: sociopolitical reflections**

Silvânia Queiroz e Silva<sup>3</sup>

Andreia Santos Cavalcante<sup>4</sup>

### **ABSTRACT**

This article addresses the debate on sustainable development in the Amazon region through the implementation of public policies and the need to consider issues related to the environment and environmental issues. Through theoretical approach, show the expressions of social issues experienced by the local population, which result from environmental impacts produced by way of unlimited growth imposed by the capitalist system. We seek to understand that achieving sustainability is necessary that the State acts through integrative policies and creative understanding that developing ecologically sound, economically viable and socially just requires the insertion of new paradigms and profound changes in the relationship between state, society and environment. This study focuses on the analysis of management strategies social networking of public policy for sustainable development of the State of Amazonas, implemented by the State Secretariat for Sustainable Development - SDS forward to the expressions of social and environmental issue in the Amazon region. To this end, we conducted a case study of the Program Coari-Manaus, in order to analyze the actions undertaken by the Program. The methodology is guided in a qualitative, documentary analysis and field survey, being conducted semistructured interviews with five institutional actors of the network performance of the SDS and six representatives of the target audience in four communities affected by the actions of the program in the municipality of Iranduba/AM. The data were analyzed according to the criteria of the evaluation study of processes like *ex-post* based on the technique of content analysis. The results indicate the need for qualification procedures for implementing the policy of SDS, especially processes with regard to the participation of the population so that the responses of the state can meet the needs of the population effectively and sustainably.

**Keywords:** Social participation, sustainability and public policy.

---

<sup>3</sup> Social assistant. PhD candidate at Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. e-mail: [silvania.social@hotmail.com](mailto:silvania.social@hotmail.com)

<sup>4</sup> Social assistant. PhD candidate at Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Instituição financiadora: FAPEAM. e-mail: [andriacavalcante@hotmail.com](mailto:andriacavalcante@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Desde a metade do século XX o conceito de Desenvolvimento Sustentável tem sido o mais discutido no âmbito das organizações internacionais, uma vez que se tornam preocupantes os impactos ambientais que o modelo de desenvolvimento capitalista vem trazendo à sociedade.

Ao ser considerada a região com maior biodiversidade no planeta a Amazônia ganha um foco especial nesta discussão, pois, segundo Viana (2002)<sup>5</sup> promover o desenvolvimento sustentável nesta região configura-se como um “*bem comum*”, por razões locais (pela questão de sobrevivência das comunidades locais e recursos naturais amazônicos) e globais (por garantir serviços ambientais tais como: fixação de carbono, produção de oxigênio, estabilidade climática e etc.).

Diante dessa necessidade a questão ambiental demanda a intervenção do Estado através de políticas públicas, as quais busquem promover ações sustentáveis com princípios éticos e de justiça social, ou seja, essas novas demandas políticas expressam-se como novas configurações da questão social evidenciando-se como questões socioambientais.

A implementação das políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia requer um amplo debate com vistas a considerar além da biodiversidade também a sociodiversidade e suas complexidades. Uma vez que na Amazônia as questões relacionadas à reforma agrária, aos direitos indígenas, a preservação da cultura, dos conhecimentos e dos modos de vida das populações tradicionais evidenciam conflitos sociais ainda não superados.

Entender as questões ambientais que demandam políticas públicas na atualidade como expressão da questão social é considerar a sustentabilidade em seu sentido mais amplo, a partir da concepção de que o homem é parte da natureza e com ela interage. Nesse sentido, a busca do desenvolvimento ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo abrange aspectos essencialmente ideológicos e políticos, que se conflitam nos discursos contemporâneos.

Este artigo tem como objetivo a análise das estratégias de gestão social em rede da política pública de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, implementada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável – SDS frente às expressões da questão socioambiental na região amazônica. Busca-se

---

<sup>5</sup> Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente em entrevista ao centro de imprensa no ano de 2002.

evidenciar os elementos sociais que fazem parte do cotidiano e da realidade da região Amazônica, mostrando que as questões ambientais tão discutidas nos debates da preservação e conservação do meio ambiente fazem parte, interage e é indissociável da realidade e da questão social nesta região.

Este trabalho é fruto de estudo bibliográfico e documental, bem como de pesquisa empírica (em andamento), realizado no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na UFAM. Consiste num recorte de um trabalho de dissertação de mestrado (concluído em 2011), cujo foco centrou na análise das dimensões da questão socioambiental objeto de intervenção das estratégias da política pública de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas. Estas implementadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável – SDS a partir de uma gestão social em rede.

Para tanto, foi realizado um estudo de caso do Programa Gasoduto Coari-Manaus, de modo a analisar as ações do Programa Gasoduto Coari-Manaus a partir de critérios relacionados à eficiência, a eficácia e a efetividade, focalizando as ações de participação e cidadania. Este estudo foi ampliado e encontra-se ainda em fase de execução num programa de doutorado.

A estrutura textual compõe três partes: a primeira desvela o conceito da expressão Questão Social a partir de autores clássicos como Yamamoto e Wanderley que analisam o tema de forma crítica com base na história da sociedade e na expansão do sistema de economia capitalista como modelo social. Na segunda, busca-se desmistificar as questões relacionadas ao meio ambiente, mostrando os aspectos sociais que as compõem de modo a evidenciar a realidade da região amazônica, as quais se expressam como questões socioambientais. A terceira parte do texto traz algumas características da expressão da questão social na Amazônia e a emergência da formulação e execução de políticas públicas que respondam a tais demandas.

Nesse sentido, as reflexões trazidas por este artigo abrem o debate para que a questão do desenvolvimento sustentável na Amazônia seja viabilizada de forma ética e justa, promovendo o protagonismo de todos os atores sociais – sociedade civil, populações tradicionais, indígenas, comunidade científica, representante governamentais e empresariais – uma vez que promover a sustentabilidade na Amazônia torna-se na atual conjuntura, uma necessidade planetária.

## **1. COMPLEXIDADES DA QUESTÃO SOCIAL AMAZÔNICA**

Segundo Iamamoto (2006), a questão social pode ser apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: “a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. Em outras palavras, o estabelecimento da ordem de produção capitalista na sociedade ao mesmo tempo em que gera riqueza também gera a pobreza e aprofunda a divisão entre a classe dominante – a qual detém os meios de produção – e a classe dominada – que possui apenas sua força de trabalho como meio de sobrevivência.

A questão social em suas múltiplas determinações provoca a necessidade da intervenção do Estado na sociedade, a fim de amenizar os conflitos e dar suporte para a sustentação do sistema de produção do capital para que esse possa produzir e reproduzir-se enquanto sistema predominante. Conforme a autora, a questão social expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais (IAMAMOTO, 2006, p.18).

Ianni (1992) afirma que dispor de uma dimensão estrutural ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais, políticos e aos direitos humanos. Num processo denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais.

Wanderley (1997) salienta que para compreender a questão social é preciso rever e reler a história, pois a questão social, especialmente na América Latina, é resultado dos modos de produção e reprodução social, do modo de desenvolvimento que se formou em cada sociedade nacional – caracterizado pelo domínio de colonizadores – e em cada região em seu complexo, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais. A questão social ao ser percebida e assumida por algum setor da sociedade, estes buscam, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda política, implicando em tensões e conflitos sociais.

Nesse sentido, a história mostra que na contemporaneidade a questão social e suas múltiplas expressões, todas com origem nas desigualdades impostas pelo capital, vêm se acirrando e se aprofundando. Cada vez mais ganhando novos conteúdos e elementos que se desenvolvem a partir da globalização da economia, a qual implica profundas mudanças nas relações entre mercado, sociedade e Estado.

O mercado busca cada vez mais mundializar-se flexibilizando as relações entre capital e trabalho. Nesse novo contexto o trabalho é considerado uma mercadoria de baixo valor que deve torna-se também flexível, ou seja, deve despojar-se das garantias e direitos trabalhistas conquistados historicamente pela luta social dos trabalhadores.

A sociedade é pressionada a consumir cada vez mais e a modernizar-se conforme os avanços tecnológicos e informacionais que acompanham o mercado mundial, aprofundando os patamares de desigualdades e de pobreza social. Isto porque o acesso ao padrão de vida consumista estabelecido não acompanha o princípio da mundialização e universalidade.

O Estado por sua vez, para apoiar a globalização econômica, passou a ser regido pelo princípio de Estado mínimo, traduzido pela redução da intervenção social do Estado nas expressões da questão social. O resultado dessa postura tem implicado no “*princípio da exclusão*” como fundamento na gestão das políticas públicas. Uma vez que as políticas e os serviços do Estado frente às demandas sociais tornam-se ações focalizadas e fragilizadas, enfraquecendo a garantia e a efetivação dos direitos sociais, ou seja, desenvolve-se um processo de retrocesso de cidadania (Cf. WANDERLEY, 2007)

Diante deste mosaico, a questão social na realidade amazônica reflete múltiplos impactos decorrentes da sua condição histórica de colônia e fonte inesgotável de recursos. Além das mazelas sociais, econômicas e políticas a questão social na Amazônia é caracterizada por um impacto ambiental incomensurável decorrente do estabelecimento do capital, da modernização e da cultura consumista. Assim como a expressão da questão social demanda a intervenção do Estado por meio de políticas públicas, as questões ambientais também assim o fazem, pressionam o Estado a assumir o compromisso de implementar políticas com os princípios basilares da sustentabilidade.

## **2. O AMBIENTE COMO ELEMENTO E EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA**

Observa-se que a partir do século XX aprofunda-se uma discussão que associa o meio-ambiente como novo elemento a ser considerado nas políticas públicas de desenvolvimento. Se tornam visíveis as consequências do modelo de desenvolvimento ilimitado como a escassez dos recursos naturais, o efeito estufa e o aquecimento

global. Isto porque estas consequências influem diretamente nas multifacetadas da questão social, expressas na fome, na desnutrição, nas doenças pulmonares, no aglomeramento urbano dentre outras, as quais passaram a caracterizaram-se como *questões socioambientais*.

A crise ambiental que se vivencia hoje é também uma crise social, uma vez que são resultados do modelo de desenvolvimento capitalista, expressões do conflito entre capital e trabalho e das multifacetadas da questão social, com impacto no cotidiano, no ambiente e na qualidade de vida das pessoas. Esses aspectos ganham a partir desse momento visibilidade política e demanda a intervenção do Estado na busca de um equilíbrio entre o desenvolvimento e a natureza.

Tomando como base a teoria de abordagem que considera a relação entre o homem e a natureza, observa-se que a expressão da questão social reflete diretamente no ambiente, visto que é o homem que sofre tais consequências, faz parte do ambiente e interage com ele numa relação dialética. Isto contribuiu para que a comunidade internacional traga à tona reflexões que colocam em xeque o modelo de desenvolvimento urbano pós-industrial. Essas discussões e debates conduzem a sociedade na busca de novas formas de desenvolvimento que garanta no presente à estabilidade e a sobrevivência da humanidade no futuro.

Nesse sentido, Ignacy Sachs (2002) apresentou à comunidade científica o conceito de Ecodesenvolvimento, sendo este rejeitado por ser muito radical ao prever limites à acumulação do sistema econômico vigente. Com este intuito, o Relatório *Nosso Futuro Comum*, mais conhecido como *Relatório Brundtland* (1987), traçando alternativas para a reversão do quadro de destruição ambiental, cunhou o conceito de *desenvolvimento sustentável*.

Este conceito foi definido pelo *Relatório Brundtland* como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”. Por atender diversos interesses, tendo em vista que não apresentava críticas à sociedade industrial e nem aos países desenvolvidos passou a ser o conceito adotado para tudo e por todos.

Nesta nova concepção Sachs (2002, p. 36) considera a sustentabilidade como um conceito dinâmico, que “leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão” que engloba um processo em cinco dimensões:

- a) *A sustentabilidade social*, ou seja, o estabelecimento de um padrão estável de crescimento, que proporcione a redução da diferença entre os níveis de vida entre as populações;
- b) *Sustentabilidade econômica*, que sugere o estabelecimento de um sistema de administração para o patrimônio comum da humanidade, visando a promoção do manejo eficiente dos recursos naturais.
- c) *Sustentabilidade ecológica* relacionada à intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, de forma compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial.
- d) *Sustentabilidade geográfica*, que por sua vez, busca proporcionar uma distribuição equilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, de forma a estabelecer uma rede de reservas da biosfera para proteger a diversidade biológica, e, ao mesmo tempo, ajudar a população local a viver melhor.
- e) *Sustentabilidade cultural*, a qual salienta que a modernização deva buscar a mudança em sintonia com a continuidade cultural vigente em contextos específicos.

De acordo com a perspectiva de Sachs, o processo para se alcançar o desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico e dialético de mudanças dado na relação homem e natureza. Para o autor, a promoção do desenvolvimento sustentável requer uma gestão racional e justa dos recursos naturais e tecnológicos da biodiversidade que, conseqüentemente, influem nas ações econômicas, políticas e culturais das sociedades.

Neste sentido, as comunidades amazônicas ganham relevância mundial por conta da discussão da preservação do meio ambiente que atrai olhares do mundo todo sobre a região. No entanto, é importante salientar que a questão social amazônica tem especificidades e peculiaridades diversas uma vez que, além de ser a região com maior biodiversidade do mundo também é rica e complexa em sua sociodiversidade.

Por esse motivo, além das mazelas sociais decorrentes do modelo de desenvolvimento industrial estabelecido na Amazônia, o qual se contrapõe as práticas dos modos de vida dos povos locais e de sua dinâmica social, política e econômica, buscou-se impor a região um modelo de desenvolvimento sustentável que traz implícito perspectivas de fortalecimento do capital.

Não queremos aqui condenar o modelo de desenvolvimento sustentável proposto por Sachs, porém pretende-se alertar que para se alcançar um desenvolvimento que prime pelo equilíbrio entre o homem e a natureza é preciso o

encaminhamento de políticas públicas compromissadas com o interesse da população e com o respeito à natureza. Ou seja, exige-se compromisso e vontade política em romper com o modelo de exaustão dos recursos naturais e da sociedade e, como afirma Iamamoto (2006), “fazer política com muita política”.

No caso amazônico, além de se considerar os aspectos e especificidades da expressão da questão social da região deve-se também buscar apreender e respeitar os modos de vida e de organização das populações locais e tradicionais que se utilizam da natureza sem causar impactos de degradação, ou seja, possuem formas sustentáveis de sobrevivência.

### **3. CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO SOCIAL AMAZÔNICA**

Segundo Teixeira (2009, p. 73) “a Amazônia tem uma vocação de abundância, a escassez foi introduzida pelo capital”. Para Barboza e Rocha de Sá (2009) a questão social amazônica se traduz pelos fenômenos relativos à fragmentação das esferas política, econômica e social construída na dinâmica antagonista da relação entre capital e trabalho.

Scherer (2009) identifica que no Amazonas, especificamente na cidade de Manaus, onde está situado o segundo maior Polo Industrial do Brasil, a questão social é expressa principalmente pelo desemprego, pela precarização das formas de trabalho e pela crescente informalização da economia. Há de se considerar que uma grande maioria dos desempregados e dos trabalhadores informais que vivem em Manaus deixou seus municípios no interior no Estado iludidos por oportunidades de emprego e melhores condições de vida na cidade industrializada.

Muitas vezes deixaram para trás um modo de vida peculiar, cujo sustento era retirado do próprio meio em que viviam, a partir da prática de manejo dos recursos naturais, do extrativismo, da pesca e do roçado para viverem a angústia da cidade e a privação de seus meios de vida (CHAVES, 2006).

Tentar caracterizar a questão social na Amazônia demanda o cuidado de observar os diferentes aspectos que a compõem, assim como a dinâmica de sua trajetória histórica que, embora em alguns momentos pareça ser desligada do processo de desenvolvimento do resto do país, reflete os impactos das políticas, que de forma incansável, buscam integrar e nacionalizar a Amazônia ao Brasil.

Corroborando nessa discussão, Viana (2001) apresenta um quadro geral das expressões da questão social amazônica identificando os aspectos sociais, culturais e ambientais identificados desta forma:

*Aspectos sociais:* 60% da população amazônica está abaixo da linha da pobreza, 24% diz respeito à taxa de analfabetismo, alto índice de desemprego, aumento do mercado informal, proliferação de doenças de transmissão hídrica, aumento do uso e do tráfico de drogas, especialmente pelo fato de a região amazônica fazer fronteiras com outros países como a Venezuela e Colômbia, alto índice de violência urbana entre outros.

*Aspectos culturais:* esses se caracterizam principalmente pela imposição da cultura ocidental aos indígenas e povos tradicionais da Amazônia, invasão de suas terras, aculturação, exploração de mão-de-obra e apropriação de conhecimentos.

*Aspectos ambientais:* perda irreversível da biodiversidade, queimada e desmatamento das florestas, caça predatória de animais terrestres e aquáticos, contaminação dos rios, perda da fecundidade do solo, mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa dentre outros.

Iamamoto (2006) afirma que é nas expressões da questão social, agora concebida por nós como questão socioambiental, que o assistente social encontra a matéria-prima de seu trabalho. Por isso há necessidade desse profissional mergulhar e encharca-se da realidade para compreender melhor seu objeto de trabalho e encontrar nessa mesma realidade as possibilidades de mudanças que aí estão postas.

É preciso ter competência teórico-metodológica, muita criatividade e esperança para propor alternativas para as demandas socioambientais que hoje se configuram como grandes desafios ao assistente social. Mas também, desvela a oportunidade para a efetivação do projeto ético-político da categoria e a construção de uma sociedade melhor. Nesse sentido, Gómez *et al* (2005) afirmam que o papel do Assistente Social enquanto profissional de intervenção nas questões socioambientais é de mediar, criar pontes e guiar novas formas de relação entre o ser humano e seu ambiente, entre o cidadão e a sociedade.

Quando se afirma que para se promover o desenvolvimento sustentável as políticas públicas devem ter como princípios basilares os valores da universalidade, do controle social, da qualidade dos serviços sociais, da efetividade, da cultura pública, da visibilidade, da democratização e da representatividade de interesses coletivos, busca-se realizar uma reflexão sobre a necessidade de uma postura crítico-reflexiva por parte da categoria dos assistentes sociais para a elaboração, a execução e a

avaliação das políticas públicas voltadas a responder as demandas e desafios no campo socioambiental.

Para atender a tais princípios o desenvolvimento das políticas públicas sustentáveis deve permitir a efetiva participação e envolvimento das populações e outros setores da sociedade em seus processos de formulação e tomada de decisão. Parafraseando Teixeira *apud* Sherer (2009, p. 35) “isso não acontecerá sem luta, especialmente sem luta política”. É preciso que a sociedade amazônica envolva-se arduamente neste debate, saindo da inércia, da humilhação do grande capital, de maneira a tornar visível que o modo de vida ligado intimamente com a floresta pode ser a alternativa para uma nova forma de sociedade, com melhor qualidade de vida. É necessário fazer valer o sonho e os direitos do povo amazônica e brasileiro, de nascer, viver, plantar e colher nesta terra que “tem por vocação a abundância de recursos e a abundância de vida”.

Binswanger *apud* Cavalcanti (2002) afirma que as orientações para a elaboração das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável devem estar pautadas no reconhecimento do limite dos recursos fornecidos pela natureza, restringindo o crescimento econômico de modo que os *benefícios sejam compartilhados entre todos*. Assim, faz-se imprescindível a criação de canais de participação e controle social de todos os atores envolvidos na elaboração e execução de tais políticas.

Para isso, faz-se mister a revisão das relações entre Estado e Sociedade no que diz respeito a elaboração de políticas públicas que visem o desenvolvimento de ações ambientalmente sustentáveis. Segundo Cavalcanti (2002, p. 28), esse processo não se trata apenas de listar regras para se alcançar a sustentabilidade, mas buscar alternativas e estratégias de gerir os recursos naturais de forma a promover o bem-estar social, sem que isso venha a comprometer o capital natural. As políticas públicas necessitam ser “desenhadas no contexto de princípios éticos relativos ao bem-estar das gerações atuais e futuras”.

Neste sentido ver-se que a questão do desenvolvimento sustentável sugere ao modelo tradicional de desenvolvimento a responsabilização dos impactos ambientais, o que demanda a promoção de políticas que articulem o desenvolvimento econômico e social, concomitante ao desenvolvimento e a sustentação ambiental. O modelo de desenvolvimento buscado deve se constituir como um modelo que apresente uma riqueza de alternativas frente à diversidade cultural, social e econômica de cada região, que tenha como prioridade as necessidades sociais da população, que seja

capaz de enfrentar a crise social e ambiental, transformando via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos com efetivo acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos e ambientais.

A partir desta análise observa-se que toda a estrutura física e organizacional da SDS tem como objetivo servir de sustentação para a implementação da política de meio ambiente e desenvolvimento sustentável no Estado do Amazonas, que segundo informações do site oficial da instituição:

desenvolve-se mediante processo de formulação e implementação participativa de políticas de transversalidade, em articulação com parceiros governamentais e não-governamentais, orientadas para as atividades de fomento das cadeias produtivas florestais, apoio ao etnodesenvolvimento indígena, licenciamento e monitoramento ambiental, conservação da biodiversidade, combate ao desmatamento, apoio a negócios sustentáveis, desenvolvimento do uso de energias limpas, gestão de recursos hídricos, zoneamento ecológico-econômico e ordenamento pesqueiro (in site SDS/AM, 2010).

Ao analisar essa citação nota-se que a concepção da política de desenvolvimento sustentável implementada pela SDS, pelo menos no discurso oficial, tem como premissa a *gestão participativa*, o que se apresenta à comunidade amazonense como uma verdadeira quebra de paradigma, uma vez que, as políticas de desenvolvimento na Amazônia brasileira trazem no seu processo histórico antecedentes de políticas malsucedidas, por não considerar a participação da sociedade tendo em vistas atender interesses externos.

Visando uma análise mais apurada da política desenvolvida pela SDS, esta pesquisa buscou identificar quais ações foram delineadas para buscar a sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento no Estado do Amazonas. Assim, verificou-se que a política de desenvolvimento sustentável implementada pela SDS é composta por oito principais programas, são eles:

- Programa Zona Franca Verde;
- Programa Amazonas Ambiental;
- Programa Amazonas Florestal;
- Programa Amazonas Indígena;
- Programa Amazonas Sustentável;
- Programa Estadual de Negócios Sustentáveis;

- Programa de Desenvolvimento Sustentável Gasoduto Coari-Manaus;
- Programa de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais.

Tais programas são desenvolvidos pela SDS por meio de ações estratégicas divididas em dezoito projetos relacionados aos programas, exceto os programas: Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais, Amazonas Ambiental, Amazonas Florestal e Zona Franca Verde que são programas de diretrizes políticas e metodológicas para formulação de programas e projetos.

Destaca-se que o Programa Amazonas Indígena possui quatro programas em implementação, o Programa Amazonas Sustentável possui três programas e um projeto, o Programas Estadual de Negócios Sustentáveis, por sua vez, possui cinco programas e o Programa Gasoduto Coari-Manaus é implementado por meio de quatro projetos e um programa.

A partir da análise do formato documental destes programas e projetos por meio do estudo do conteúdo dos relatórios de gestão do ano de 2006 e 2008 e de informações oficiais do *site* da SDS, depreende-se que no discurso oficial da secretaria não há uma diferenciação do que seja um programa e um projeto, sendo esses tratados da mesma forma ou até mesmo usando essas duas referências teóricas diferentes para uma mesma ação.

O quadro 1 abaixo sintetiza como são tratadas as questões socioambientais pela política da SDS por meio dos programas apresentados, sendo estas informações categorizadas a partir do Relatório de Gestão de 2008.

PROGRAMA	OBJETIVO	QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL ALVO		
		SOCIAL	AMBIENTAL	ECONÔMICO
<b>Programa Zona Franca Verde</b>	Melhoria da qualidade de vida da população do interior do estado e, proteção do seu patrimônio natural.	Aumento da renda dos produtores rurais; Repartição justa de benefícios; Segurança no trabalho; Respeito à legislação trabalhista; Valorização da cultura e dos conhecimentos tradicionais.	Proteção das margens de igarapés e nascentes;  Prevenção de incêndios florestais;  Uso cuidadoso de agrotóxicos;  Combate à produção predatória dos recursos;  Respeito à legislação	Auto-sustentabilidade financeira dos programas e projetos; Adimplência de empréstimos para as atividades de produção rural; Fortalecimento das cadeias produtivas locais para geração de renda e autonomia.

			ambiental.	
<b>Programa Amazonas Ambiental</b>	Monitoramento do uso dos recursos naturais.	Analfabetismo nas áreas rurais do Amazonas  Difundir a educação ambiental	Fiscalizar e Licenciar as atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do Meio Ambiente	
<b>Programa Amazonas Florestal</b>	Reunir os dados técnicos e gerenciais relacionados à fauna e flora da região e oferecer o acesso às informações às comunidades do interior do Estado	Diminuir o grau de desinformação acerca da temática ambiental e da legislação que a regulamenta;  Redução da pobreza e elevação do Índice de Desenvolvimento Humano	Uso irracional de recursos naturais	Estruturação e organização à produção;  Geração de trabalho, renda
<b>Programa Amazonas Indígena</b>	Promover a política de etnodesenvolvimento e sustentabilidade econômica para as comunidades indígenas.	Promover, incentivar e disseminar o etnodesenvolvimento dos povos indígenas do Amazonas	Incentivo ao uso sustentável dos recursos	Garantia de terras para moradia e produção
<b>Programa Amazonas Sustentável</b>	Formular e acompanhar as políticas e programas de gestão ambiental e territorial, promover a valorização socioambiental e a conservação da biodiversidade para o benefício de todos.	Acesso a bens e serviços sociais	Gestão sustentável dos recursos hídricos	Geração de renda e trabalho no interior do Estado
<b>Programa Estadual de Negócios Sustentáveis</b>	Apoiar e estimular iniciativas de desenvolvimento sustentável dos recursos de natureza ambiental e de origem florestal, mineral, pesqueira e agropecuária.	Geração de emprego	Uso sustentável dos recursos naturais	Geração de renda;  Incentivo a comercialização
<b>Programa de Desenvolvimento Sustentável Gasoduto</b>	Atenuar os impactos socioambientais produzidos com a implantação do programa, nas comunidades da área	Acesso a bens e serviços sociais;  Acesso a serviços de saúde;  Acesso a educação	Incentivo ao uso racional e sustentável dos recursos naturais	Estruturação e organização à produção;  Geração de trabalho, renda

<b>Coari-Manaus</b>	de influência do gasoduto Coari-Manaus	primária; Combate a prostituição; Apoio as organizações sócio-políticas das comunidades		
<b>Programa de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais</b>	Mitigar as ações das mudanças climáticas.	Promover a educação ambiental sobre mudanças climáticas	Promover a recuperação e conservação da floresta amazônica minimizando os efeitos do efeito estufa	Geração de renda por meio de prestação de serviços ambientais

**Quadro 1:** Questões socioambientais focos da ação política da SDS.

**Fonte:** Relatório de gestão da SDS de 2008.

As questões socioambientais foram elencadas por categoria para fins didáticos no quadro 1. A análise deste quadro evidencia que a ação política da SDS se debruça especialmente para as questões relacionadas à *conservação do ambiente*, pois é na categoria ambiental que consiste o maior número de questões a serem trabalhadas. Conforme a discussão teórica abordada neste tópico, entende-se que as questões socioambientais permeiam os âmbitos sociais e econômicos de uma sociedade, uma vez que estão correlacionados.

Sendo assim, os problemas ambientais tais como os indicados no quadro 1, se trabalhados de forma democrática e participativa como tantas vezes já ratificado neste trabalho, indicam que talvez poderá produzir resultados que repercutem positivamente na qualidade de vida das comunidades amazônicas, além da qualidade do ambiente. Contudo, adverte-se que o enfrentamento das questões socioambientais não pode ser realizado com ações isoladas, que apenas amenizem os agravantes ambientais de uma sociedade, mas devem ser pautadas numa perspectiva de complementariedade e transversalidade (uma gestão em rede realmente integrada), visando alcançar resultados nas três dimensões básicas: social, econômica e ambiental.

Garantir a participação das populações locais na ação política de desenvolvimento sustentável e enfrentamento das questões socioambientais significa tornar esses atores os principais gestores dessa política. Isso implica adotar uma metodologia diferenciada, na qual a população possa ter a oportunidade de indicar os

problemas que mais lhes afligem e as opções de resolução que lhes são mais adequadas. O que deve acontecer em todo processo político, ou seja, no planejamento, execução e avaliação das ações.

Em relação à metodologia dos programas desenvolvidos pela SDS, apenas três programas descrevem no seu formato documental sua metodologia de implementação. Sinteticamente afirmam que a ação política da instituição utiliza-se de uma abordagem *holística e transdisciplinar* (Programa Zona Franca Verde), pautada numa gestão participativa por meio de oficinas comunitárias, as quais consolidaram três matrizes de atuação: cidadania, geração de renda e conservação ambiental (Programa Gasoduto Coari-Manaus) e a formação de parcerias governamentais e não governamentais, buscando a otimização dos recursos (Programa Amazonas Sustentável).

Destaca-se que a metodologia apresentada por esses programas denotam, pelo menos no seu formato documental, uma perspectiva democrática capaz de indicar novas formas de o homem amazônico se relacionar com o ambiente e com as instituições políticas que constituem a sociedade. Observa-se também no discurso oficial da SDS que a proposta metodológica de sua ação condiz com os princípios de participação contido na Agenda 21 e na CDB, e esse discurso se for efetivamente concretizado poderá constituir-se em avanço para toda a sociedade amazonense.

Sobre o alcance dos objetivos das ações frente à questão socioambiental, o representante da SDS/AM e os representantes das instituições parceiras expressaram as seguintes ideias apresentadas no quadro abaixo:

<b>Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo.</b>	<b>Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados</b>
<b>Exeqüibilidade</b>	<i>[...] eu acho que ele chegou na meta ideal, ele ficou entorno de 75% daquilo que se propôs fazer. (Parceiro A)</i>  <i>[...] para se alcançar a qualidade de vida [...] precisava ter um trabalho de continuidade. (Parceiro B)</i>
<b>Viabilidade</b>	<i>Sim, foram é uma pena que as ações tinham um prazo determinado (Representante da SDS)</i>  <i>[...] eu diria que nesse quesito (a qualidade de vida) faltou tempo, foi pouco o tempo para se alcançar esse tipo de resultado. (Parceiro B)</i>  <i>Com certeza. (Parceiro D)</i>

**Quadro 2:** Alcance dos objetivos segundo percepções dos atores institucionais.

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora a partir do levantamento de campo, 2010 – 2011.

Ressalta-se que o objetivo do programa foi *promover a sustentabilidade das comunidades de influência do gasoduto*. Então se observa nos conteúdos das falas dos entrevistados que esses objetivos foram alcançados com dificuldades relacionadas à exequibilidade (ser possível de se realizar) e viabilidade (dispor de tempo hábil para se alcançar o objetivo pretendido). Quesitos básicos que devem ser verificados na elaboração do plano do programa, pois mesmo que dado programa expresse grandes resultados, não significa que o mesmo alcance seus objetivos.

Depreende-se disso, em termos gerais, que os processos relatados pelos entrevistados como facilitadores da implementação das atividades (as capacitações e reuniões) não ocorreram com a qualidade necessária para alcançar de forma plena o objetivo geral do programa (a promoção da sustentabilidade e da qualidade de vida da população-alvo).

Ainda tentando apreender o alcance dos resultados do programa a fim de avaliar sua eficácia, os beneficiários foram questionados sobre a utilidade das ações implementadas pelo programa para suas comunidades, tendo como referência as principais mudanças ocorridas nas categorias de desenvolvimento econômico, social e ambiental. As principais ideias que expressam as respostas dos entrevistados estão sintetizadas no quadro seguinte:

<b>Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo.</b>	<b>Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados</b>
<b>Econômico/Geração de renda</b>	<i>O econômico quase não desenvolveu nada, ficou no mesmo [...]. (Beneficiário F, C. São José I)</i>  <i>[...] Na parte econômica nos aprendemos a se organizar mais um pouco. (Beneficiário A, C. São Pedro)</i>  <i>[...] No econômico não teve não! Mas agente queria uma ajuda para a questão da escoação do cajú [...]. (Beneficiário B, C. São Sebastião).</i>
<b>Social/ acesso a serviços de cidadania</b>	<i>[...] no social, as pessoas começaram a se entender melhor, começaram a conviver melhor, porque antes cada um era mais ou menos individualizado [...]. (Beneficiário A, C. São Pedro)</i>  <i>O social foi tirar o documento [...]. (Beneficiário C, C. Lago do Limão)</i>  <i>Na área social teve muitas palestras de prevenção, de saúde essas coisas. (Beneficiário B, C. São Sebastião)</i>

<b>Ambiental/utilização e conservação dos recursos</b>	[...] <i>(a parte ambiental) não foi totalmente contemplada mais foi uma parte. (Beneficiário C, C. Lago do Limão)</i>  <i>Teve a questão da sensibilização para as queimadas que parou mais, o pessoal se conscientizou. (Beneficiário B, C. São Sebastião).</i>
--	---

**Quadro 3:** Principais mudanças na realidade das comunidades segundo os beneficiários.

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora a partir do levantamento de campo, 2010 - 2011.

O conteúdo das falas dos beneficiários sinalizam para o alcance de alguns resultados significativos como a expedição de documentos, as palestras relacionadas à saúde e, especialmente, a sensibilização para a conservação ambiental. O que remete a algumas nuances de cumprimento do objetivo geral do programa de “atenuar os impactos, multiplicando os benefícios sociais e ambientais da área de influência do gasoduto Coari - Manaus”.

Contudo, verifica-se que um dos três eixos de atuação do programa, o da geração de renda, não foi cumprido, o que denota que a eficácia do programa (alcance dos objetivos) não alcançou uma substancial concretização, sinalizando para a obstrução do desenvolvimento da promoção da sustentabilidade e desenvolvimento econômico das comunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chaves (2009) considera o meio ambiente como o “conjunto de meios naturais no qual o homem atua na gestão dos recursos indispensáveis a sua reprodução sociocultural e física” de forma que a questão ambiental é parte integrante e indissociável, da Questão Social, ou seja, se constitui como Questão Socioambiental.

A partir desta concepção é importante afirmar que a problemática socioambiental precisa tornar-se foco das ações afirmativas de cidadania. Nesse sentido torna-se necessário entender que as questões sociais relacionadas à fome, a mortalidade infantil, aos preconceitos de gênero e de raça, a qualidade de educação básica e universal, as condições de moradia, a segurança alimentar, a pobreza, a violência urbana e as situações de risco social demandam políticas públicas criativas e efetivas na perspectiva de criar instrumentos de sustentabilidade. Essa nova exigência nos coloca diante de um novo paradigma no que diz respeito à gestão e organização social distinto daquele no qual as políticas sociais têm se pautado visando à manutenção e viabilidade do sistema econômico.

A autora citada anteriormente contribui nesse sentido, afirmando que para se promover o desenvolvimento sustentável as políticas públicas devem ter como princípios basilares os valores da universalidade, do controle social, da qualidade, da efetividade, da cultura pública, da visibilidade, da democratização e da representatividade de interesses coletivos.

Conforme salienta Teixeira (2009), isso não acontecerá sem luta, especialmente sem luta política de forma que a sociedade amazônica deve se apropriar desse debate e sair da inércia, da humilhação que o capital lhe impõe. De modo a tornar visível que o modo de vida ligado intimamente com a floresta pode ser a alternativa para uma nova forma de sociedade. Uma sociedade que viva com melhor qualidade de vida e faça valer o sonho e os direitos do povo amazônica e brasileiro de nascer e de poder viver, plantar e colher nesta terra que tem por vocação a abundância de recursos e de vida e que valorize o respeito à natureza e a socialização da riqueza.

## REFERÊNCIAS

- CHAVES, Maria do P. S. Rodrigues; NOGUEIRA, Marinez Gil. *Desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento: uma reflexão sobre as diferenças ideó-políticas conceituais*. In: Revista Somanlu. Ano 5. nº 01. Amazonas: EDUA, jan/jun. 2005.
- \_\_\_\_\_ et al. *Serviço Social e Meio Ambiente: aliança entre saberes técnicos-científicos e tradicionais na Amazônia*. In: XI Congresso Brasileiro de Serviço Social. O Serviço Social e a Esfera Pública no Brasil o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos. 2004, Fortaleza. *Anais*
- \_\_\_\_\_. *Bases para a Sustentabilidade*. In: Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia do curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, UFAM, 2009. Aulas Expositivas.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 10ª Edição. São Paulo, Cortez, 2006.
- IANNI, Octávio. A questão social. In: *A idéia do Brasil Moderno*. São Paulo: brasiliense, 1992.
- SACHS, Ignacy. STROH, Paula Yone (org.) *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SHERER, Elenise. Condições de vida na cidade de Manaus: o avesso do progresso. IN: SHERER, Elenise (Org.). *Questão social na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. O desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico. IN: SHERER, Elenise (Org.). *Questão social na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2009

VIANA, Gilney. Impactos ambientais da política de globalização da Amazônia. IN: VIANA, Gilney (Org.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo et al. *Desigualdades e questão social*. São Paulo: Cortez/EDUC, 1997.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*; Tradução de Sandra Venezuela. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.